



CENTER FOR STUDIES ON INEQUALITY AND DEVELOPMENT

TEXTO PARA DISCUSSÃO .170 - 2022

DISCUSSION PAPER .170 - 2022

**Análise de valência das políticas de
transferência de renda de Maricá**

JÉSSICA MALDONADO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FERNANDO FREITAS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

<http://cede.uff.br/>
<https://www.ie.ufrj.br/cede>

Análise de valência das políticas de transferência de renda de Maricá

Jéssica Maldonado¹

Fernando Freitas²

Fevereiro de 2022

Resumo

O artigo utiliza a metodologia de análise de valência para classificar comentários da rede social Facebook sobre a política Renda Básica de Cidadania (RBC) e o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT) do município de Maricá. O conteúdo foi classificado como neutro, positivo ou negativo. O foco do artigo foram nos comentários negativos, os quais foram classificados em categorias. Inicialmente, as críticas destinadas à RBC abordavam o ideal da política, entretanto, com a pandemia da Covid-19 e aumento da insegurança econômica, as críticas foram direcionadas à focalização do benefício, revelando ressentimento por parte dos excluídos da rede de proteção social do município. Enquanto isso, as críticas destinadas ao PAT, política criada em caráter emergencial durante a pandemia, problematizam o excesso de burocracia para o cadastramento no programa. A análise dos comentários ilustra dilemas recorrentes da focalização de políticas de transferência de renda nos mais vulneráveis, e também uma demanda por maior abrangência das políticas de transferência de renda a partir do início da pandemia.

Palavras-chave: análise de valência; análise de sentimentos; políticas de transferência de renda; renda básica de cidadania; focalização; condicionalidades. Burocracia.

Abstract

This article uses the valence analysis methodology to classify Facebook comments about two cash transfers policies: the Renda Básica de Cidadania (RBC) policy and the Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT) from the city of Maricá. The content was classified as neutral, positive or negative. The focus of the article was on negative comments, which were classified into categories. Initially, RBC criticism addressed the ideal of policy, however, with the Covid-19 pandemic and increasing economic insecurity, the criticism became directed to the targeting of this cash transfer, revealing resentment on the part of those excluded from the municipality's social protection network. Meanwhile, the criticism aimed at the PAT, a policy created as an emergency during the pandemic, problematized the excess of bureaucracy for registration in the program. The analysis of the comments illustrates recurring dilemmas with targeted cash transfer policies, and also a demand for greater coverage of cash transfer policies from the beginning of the pandemic.

Keywords: valence analysis; sentiment analysis; cash transfer policies; guaranteed income; targeting; conditionalities; bureaucracy.

¹ Mestranda em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE).

² Doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF e pesquisador do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE).

Agradecemos a Fábio Waltenberg e Roberta Costa pela revisão detalhada do texto. Eventuais erros ou falta de clareza são de responsabilidade exclusiva dos autores do artigo.

1. Introdução

O município de Maricá conta com uma política de transferência de renda, a Renda Básica de Cidadania (RBC), também chamada de Cartão Mumbuca ou Bolsa Mumbuca pela população. O benefício é pago mensalmente a cerca de 42 mil residentes (26% da população) através de uma moeda local, a Mumbuca, sem exigência de contrapartidas. Para ser elegível ao programa, é necessário estar no Cadastro Único e morar em Maricá há mais de três anos. Em 2019, seu valor era de 130 mumbucas mensais por pessoa (equivalente a R\$130), com a pandemia da Covid-19 aumentou para 300 mumbucas (R\$ 300), sendo posteriormente reajustado em janeiro de 2022 para 170 mumbucas (R\$ 170).

Em março de 2020, a Prefeitura criou o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT), que paga um salário mínimo (R\$ 1045) a trabalhadores autônomos, informais ou microempreendedores com renda familiar de até R\$5 mil. Inicialmente, o benefício estava previsto para durar por três meses, mas foi prorrogado até abril de 2022.

A pandemia resultou no aumento do debate sobre renda básica e o sistema de proteção social ao redor do mundo. O artigo visa contribuir para esse debate a partir de uma análise qualitativa dos comentários nas redes sociais em relação aos programas RBC e PAT de Maricá. Foi aplicada a análise de valência, já utilizada para avaliar a opinião pública sobre políticas (Chen, Silva, Reis, 2020; Ceron, Negri, 2015) ou identificar a preferência política de determinado grupo (Oliveira, Bermejo, Santos, 2016), como uma forma de inovar no monitoramento de críticas sobre políticas de transferência de renda. Com o auxílio do *software* Knewin foram coletados 4053 comentários da rede social Facebook sobre a política RBC e PAT. Utilizando a metodologia de análise de valência, os comentários foram classificados como neutros, positivos ou negativos. Os comentários negativos foram atribuídos a categorias de críticas previstas pela literatura sobre transferência de renda e, então, observadas as mudanças nas críticas ao longo dos seis meses iniciais do ano de 2020. Os comentários, em especial os negativos, fornecem um amplo material qualitativo para avaliar a opinião pública sobre as políticas.

De acordo com Chen et al. (2020), a análise de valência indica resultados semelhantes a pesquisas de opinião realizadas presencialmente. Portanto, seria possível avaliar os impactos e a eficiência da política com o uso da valência. Dessa forma, os comentários nos ajudam a compreender como a população reage a mudanças nos critérios de elegibilidade, valor, entre outros. Por fim, vale ressaltar que o estudo esbarra em algumas limitações, como o fato de que os usuários da rede social Facebook podem não constituir uma amostra representativa da população de Maricá. Por isso, a mensuração da opinião pública não deve substituir outras formas de pesquisa, como questionários qualitativos e quantitativos.

A próxima seção apresenta o material de análise e a metodologia adotada para classificar os comentários. As seções 3 e 4 apresentam os resultados da análise, demonstrando as principais categorias de comentários negativos atribuídos às duas políticas e a transição ao longo do período analisado. Em relação à RBC, o artigo demonstra a mudança no padrão de críticas com o advento da pandemia e o ressentimento relatado por aqueles excluídos pela cobertura da política. A criação do PAT, em caráter emergencial, resulta em outra categoria de críticas que relata o excesso de burocracia para se cadastrar no programa. Ambas as críticas estão previstas pela literatura sobre transferências de renda: benefícios focalizados e com muitas regras podem afastar aqueles que mais necessitam. Como solução, o artigo propõe uma política mais abrangente.

2. Material e métodos

Por meio do *software* Knewin³, coletaram-se as publicações e comentários da rede social Facebook durante os doze meses de 2020. O artigo se limita a analisar apenas os primeiros seis meses do ano, com 47 notícias e 4053 comentários. As notícias foram divididas em cinco tópicos: “Banco Mumbuca”, “Cesta básica”, “Fundo Soberano”, “Renda Básica de Cidadania” e “Programa de Amparo ao Trabalhador”. O primeiro tópico foi destinado às notícias sobre o funcionamento do Banco, vagas de emprego na instituição, comunicados de serviços disponíveis, entre outros. O segundo tópico aborda a política de cesta básica adotada pelo município. O tópico “Fundo Soberano” foi destinado às notícias sobre o uso e empréstimo do recurso. Enquanto isso, os dois

³ A equipe de pesquisa da [Avaliação da Renda Básica de Maricá](#) contratou a coleta de dados com o DataEsp, o qual utilizou o software Knewin.

últimos tópicos foram atribuídos a notícias sobre os benefícios aqui estudados, as publicações abordam diferentes assuntos: ampliação da cobertura dos benefícios, aumento do valor, críticas, comunicação sobre mudanças nas regras dos benefícios, data de depósito de cada benefício, entre outros.

O volume de comentários variou por mês, com maior volume de comentários em março e abril, concentrando 79,2% do total. Isso deve-se ao início da pandemia no Brasil e à adoção de medidas anticrise pela Prefeitura, gerando alta repercussão sobre as políticas na rede. A figura 1 permite visualizar a distribuição dos comentários neutros, negativos e positivos ao longo do primeiro semestre de 2020. Como é possível observar, a maioria dos comentários analisados eram neutros (2077 - 51% dos comentários totais). Enquanto isso, 1116 (28%) eram negativos, 804 (20%) eram positivos, e 46 (1%) comentários fora do tema da notícia ou erros da base de dados.

Figura 1. Distribuição de comentários no primeiro semestre de 2020



Fonte: Dados coletados com software Knewin. Elaboração própria.

Os comentários neutros e positivos não são bom material qualitativo para análise. Em síntese, consistem de: dúvidas, pessoas marcando outras nos comentários, ou elogios e felicitações curtas em publicações sobre a política. Já os comentários negativos podem ser analisados com base em dificuldades de implementação de políticas de transferência de renda previstas pela literatura. Eles permitem avaliar os desafios de implementar uma política focalizada (no caso da RBC e do PAT),

e baseada em indicadores de pobreza (no caso do PAT, destinado apenas a trabalhadores informais), relatados em literatura sobre políticas de transferência de renda (Barr, 2012; Besley e Kanbur 1990; Van Parijs, Vanderborght, 2017). O foco do artigo são os comentários negativos, os quais não são a maioria da amostra.

Os comentários negativos convergiram para categorias temáticas específicas, oferecendo uma ilustração das dificuldades previstas pela literatura de implementação e avaliação de políticas de transferência de renda. A seção seguinte apresenta as 10 categorias de críticas mais frequentes encontradas nos comentários. A fim de exemplificar cada categoria, foram transcritos comentários do Facebook. Na transcrição de cada comentário foi mantida a grafia, mesmo com os erros gramaticais, erros de ortografia, com gírias, entre outros. Também é interessante notar que a política Renda Básica de Cidadania é frequentemente referida como Cartão Mumbuca ou Bolsa Mumbuca nos comentários da população de Maricá.

2.1. As dez categorias de críticas

Categoria 1 - Focalização

Esta categoria aborda críticas à cobertura das políticas. Ela apresenta supostos erros de inclusão e exclusão dos benefícios. No primeiro caso, acreditam que beneficiários elegíveis não deveriam receber o benefício. No segundo caso, a cobertura do benefício seria insuficiente e excluiria parte do público-alvo. Em alguns casos, os comentários criticavam tanto os erros de exclusão como de inclusão. Isso pode ser observado nos exemplos a seguir:

“Vcs tinha que dar uma renda para as crianças em que os pais não tem cartão mumbuca... Pq aqui em marica,não são todos que tem cartão..” - focalização (exclusão)

“Bolsa eleitoral tem que averiguar a necessidade do usuário, têm muita gente recebendo sem necessidade” - focalização (inclusão)

“Conheço muitas gente que não precisa e tem, agora quem precisa mesmo não conseguem só consegue quem tem conhecido lá dentro da prefeitura” - focalização (inclusão e exclusão)

Estes problemas e comentários são relatados pela literatura, a seleção de beneficiários pode utilizar três critérios: a renda, os indicadores de pobreza ou a metodologia de autosseleção. Os três mecanismos de focalização são custosos administrativamente, já que demandam controle e fiscalização dos beneficiários, e possuem custos de oportunidade, devido ao risco de selecionar o público errado. Em países em desenvolvimento, com empregos informais e rendas irregulares, os erros de seleção podem ser ainda mais comuns (Barr, 2012; Besley e Kanbur, 1990). Essa é a principal categoria de crítica atribuída à política de RBC a partir de março de 2020.

Categoria 2 - Problemas operacionais

A categoria refere-se aos problemas operacionais do benefício, como erros no cadastro, no resgate do benefício, problemas com o cartão, entre outros. Os comentários a seguir contêm exemplos:

“Quero saber os q pegaram o cartão e veio sem crédito e continua?”

“O cartão Mumbuca está bom problemas. Os clientes não conseguem efetivar o pagamento através de transferência . Lamentável.”

Essa categoria de críticas se torna mais frequente em abril de 2020, quando um problema no resgate do benefício resulta em publicações com alta repercussão na rede.

Categoria 3 - Liberdade de consumo

Esta categoria diz respeito às críticas à falta de restrições do benefício. Os beneficiários podem escolher a cesta de consumo de sua preferência, o que condiz com o princípio de liberdade da renda básica como uma transferência monetária de livre uso e não em espécie (Van Parijs; Vanderborght, 2017).

A falta de restrições é um assunto polêmico nas redes, os usuários defendem o uso do recurso apenas em bens que consideram necessários, como comida e medicamentos, resultando em críticas como:

“Quem usa pra comprar cigarro e cerveja tem dinheiro sobrando pra comprar comida. Então, não precisa.”

“Mas Mumbuca aqui é aceito em tudo quanto é lugar

Esse tipo de coisa deveria ser aceito apenas em mercados e farmácia. Mas o que vejo é salão, bar, onde vende açaí, nessa onda de delivery até entrega de lanche, então só vejo eu trabalhando pra sustentar esses benefícios!!”

Comentários dessa categoria também demonstram desconhecimento sobre a política. Alguns usuários da rede acreditam existir uma restrição ao uso do benefício para bens específicos, defendendo que beneficiários e comerciantes usufruindo do livre dispêndio deveriam ser punidos.

Categoria 4 - Crítica ao ideal da política

Essa categoria diz respeito a críticas gerais à política. Em geral, são pessoas contra políticas de transferência de renda:

“E necessário ensinar a pescar , não dar o peixe .”

“Se os salários fossem dignos, não seria necessário nenhum tipo de bolsa.”;

“Gente, um jovem com 18 anos. Deveria ta no mercado de trabalho. vivendo de benefícios atoa! Por isso esse Brasil nunca vai pra frente, nunca mesmo...”

“A prefeitura de maricã? deveria da emprego para os jovens trabalha?”

Essa categoria de crítica foi a mais frequente em janeiro, com o anúncio da ampliação da política. É importante observar que, em alguns casos, as críticas gerais à política estão acompanhadas de reclamações sobre a falta de investimento em outros serviços públicos do município, em especial da falta de empregos.

Categoria 5 - Inflação

Neste caso, as críticas eram sobre o aumento de preços no município. Alguns comentários associam o aumento de preços à política, outros apenas citam a inflação como um problema, sem associá-la à política.

“tem que ter uma fiscalização nos supermercados pelos preços abusivos” - Neste caso o comentário não associa o aumento de preços à política.

“Os mercados vão meter preço altos porque sabem que o prefeito vai aumentar o Mumbuca.” - Caso em que associa o aumento de preços à política.

“Sr.Prefeito tem que colocar o Procon fiscalizando e autuando alguns mercados da cidade.Os preço já estão um absurdo imagine quando o Sr. liberar o Mumbuca com esse abono.Quem não tem vai pagar um preço muito alto.Fique de olho no explorador.” - Associa o aumento de preços à política, mas não defende o fim do benefício por isso.

Categoria 6 - Clientelismo

Comentários desta categoria associam a política à compra de votos. Como explicado por Eiró e Koster (2019), em busca de maior segurança no programa, beneficiários podem ser envolvidos em trocas clientelistas diante de um benefício com muitas incertezas e burocracias, especialmente em políticas com condicionalidades que são acompanhadas por agentes que podem exercer poder discricionário durante o monitoramento dos mais pobres. Não é o caso, no entanto, da Renda Básica de Cidadania, já que ela não tem nenhuma condicionalidade. Ainda assim, alguns comentários associam a política à compra de votos:

*“Gente,isso é pra comprar as pessoas com o voto...
Acordam.....jogo POLÍTICO...JOGO PT...lógico...”*

“Eleições chegando, e PT comprando gente com essas misérias...”

Tudo armação....”

Categoria 7 - Uso dos royalties de petróleo

Nesta categoria, os comentários criticam a forma como os recursos dos royalties de petróleo estão sendo utilizados. Em alguns casos, que os recursos sejam usados no financiamento da Renda Básica. Em outros, criticam o uso em doações a municípios vizinhos pela crise da Covid-19. Para análise das críticas sobre a Renda Básica, apenas o primeiro caso foi considerado.

“Não sou contra a esse programa, pois ajuda, mas já pensou o prefeito de Maricá, em abrir um polo industrial, para oferecer mais emprego, pois o emprego em Maricá se resume somente na prefeitura, assim como era em Macaé, rio das ostras, que tinham os recursos do petróleo, fica a dica, não se engane um dia isso acaba, e a cidade fica sem recursos”

“Absurdo, o dinheiro que poderia ser investido na saúde da cidade, que praticamente não existe. Desculpa esfarrapada, não estão ajudando ninguém, querem brincar com o dinheiro dos munícipes. Investe na saúde de Maricá e atende outros municípios, simples assim.”

Esta categoria é importante para compreender a relação dos moradores com os recursos. De acordo com os comentários, os maricaenses entendem as receitas dos royalties como seu direito.

Categoria 8 - Tempo de espera

Durante a pandemia, a Prefeitura adotou medidas anticrise, criando novos benefícios ou ampliando o existente. Nesta categoria, estão presentes críticas ao tempo de espera por essas mudanças, sendo mais frequente em março do que em qualquer outro mês analisado, coincidindo com o momento em que a prefeitura divulgava as novas medidas na rede:

“Vão esperar o povo começar a passar fome pra liberar o abono , uma semana ja que divulgaram que iriam liberar ,uma semana as crianças em casa ja sem estudar ,sou automoma , a situação ja ta complicada.”

Categoria 9 - Desenho da política

Trata-se aqui de críticas à forma como o benefício foi desenhado, seu valor, suas regras e seu público alvo. O mês em que críticas dessa categoria mais aparecem foi março, durante a criação de novas políticas devido à pandemia:

“Na minha opinião isso NÃO tinha nem que ser antecipação NATALINA, tinha que ser ANTECIPAÇÃO EMERGENCIAL por conta da quarentena coronavírus, até porque uma coisa não tem nada haver com a outra, por conta do virus vamos deixar de receber uma coisa que seria dado a nós só final do ano, minha opinião para mim só tapar o sol com a peneira. Aí chega final do ano do mesmo jeito tem que comprar o que comer, coisas para as crianças como roupa, sapato e alimentos no Natal e ainda tem as ferias novamente , crianças em casa com gastos maiores que adianta fazer um adiantamento do Natal sendo que agora estamos passando por uma outra coisa! Nada haver.”

“Vai encher todos os mercados!??

Todos na rua novamente.

A solução é uma cesta básica completa”

Categoria 10 - Burocracia

Nesta categoria, as críticas tratavam da burocracia para o cadastramento no benefício ou uso do mesmo. Estas críticas não foram tão frequentes no tópico “Renda Básica de Cidadania”, o que pode ter acontecido por ser um benefício já conhecido e com regras bem definidas. Em alguns comentários, a crítica estava mais relacionada à categoria “focalização” e não foi contabilizada como “burocracia”, como no exemplo a seguir:

“Poderia pegar esses trezentos e da pra quem está precisando e não consegue fazer o cartão mumbuca , por causa da burocracia , moro de aluguel tô com duas filhas pequenas e ainda fiquei desempregado, iria ajudar muito” - Crítica à burocracia e relaciona sua exclusão do seu benefício à ela.

Como veremos, essa categoria estava mais associada ao PAT do que à RBC. Isso deve-se ao fato de o PAT ser um benefício novo, criado em caráter emergencial, com cadastramento online, regras e público-alvo específico. Como a literatura sobre benefícios de transferência de renda explica, benefícios focalizados enfrentam desafios na seleção de beneficiários: tanto do lado da demanda, quando indivíduos não se inscrevem para receber o benefício; como da oferta, com beneficiários

excluídos devido a erros da administração. Esses problemas estão relacionados com a burocracia e excesso de regras do programa, reduzindo a abrangência do mesmo e aumentando os custos de seleção (Barr, 2012).

Outras categorias foram “Problemas com comércios”; “Incerteza”; “Crítica à Economia Solidária” e “Valor”, que foram atribuídas a poucos comentários, possuindo menor relevância para o artigo. No texto e nos gráficos apresentados, utilizamos a categoria “outros” abrangendo essas quatro categorias.

3. Críticas à Renda Básica de Cidadania: do ideal da política para sua falta de abrangência

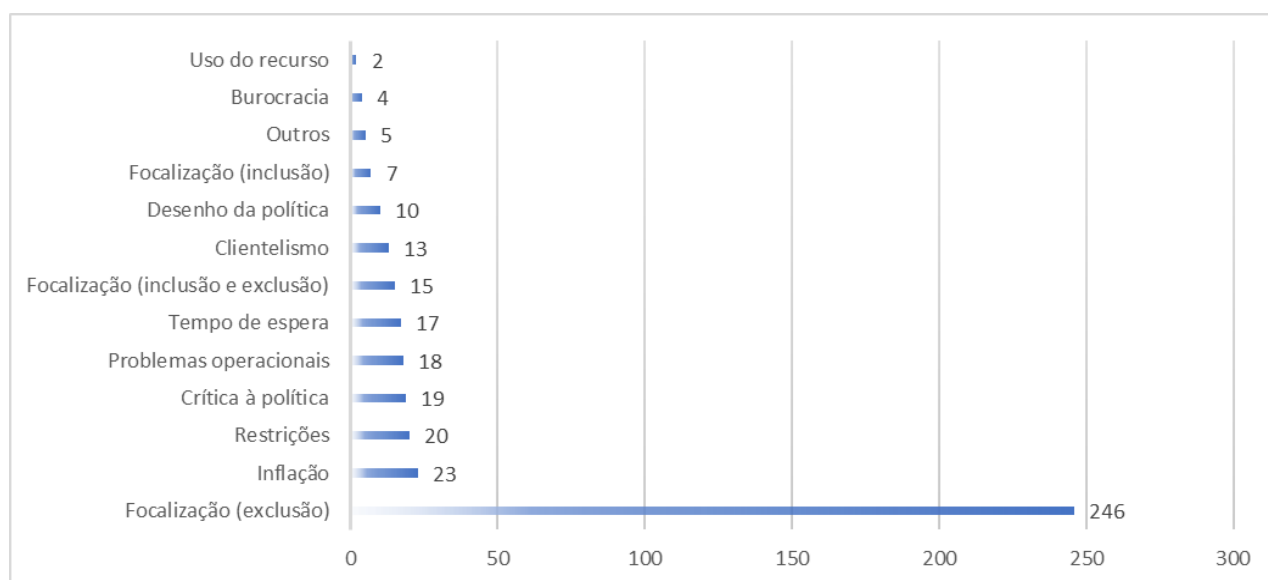
Renda Básica de Cidadania esteve presente nos comentários de 38 notícias que resultaram em 3012 comentários. Nem todas as notícias ou comentários tratavam da Renda Básica. Cinco notícias abordavam assuntos diferentes - como vaga de emprego no Banco Mumbuca ou a política de Cesta Básica no município - , ainda assim, geraram comentários negativos sobre a Renda Básica. Da mesma forma, algumas notícias sobre a Renda Básica geraram comentários negativos sobre outros tópicos. Do total de comentários, 788 eram negativos com 701 sobre a RBC.

Esta seção analisa mudanças no teor de comentários negativos sobre este tópico ao longo dos seis meses iniciais de 2020. A principal categoria de críticas relacionada à RBC é a focalização, a qual estaria causando exclusão de indivíduos potencialmente elegíveis. Críticas dessa categoria se tornaram mais frequentes a partir de março de 2020, com o anúncio de políticas anticrise. A seção busca compreender o que motivou o surgimento de comentários negativos dessa categoria e explicar as mudanças no padrão de comentários.

Em janeiro, apenas 13,7% dos comentários negativos tratavam dos erros de focalização do benefício, em termos de exclusão e inclusão. Nesse mês, apenas uma notícia abordou o tópico, anunciando a expansão da política RBC para mais famílias. Resultou em 19 críticas ao ideal da política, em geral críticas abstratas a políticas de transferências de renda. Em fevereiro, notícias sobre vagas de emprego no Banco Mumbuca resultaram em poucos comentários negativos sobre a política.

Apenas em março observamos uma mudança no padrão de comentário e ocorrência de mais críticas à focalização da RBC. Para esse mês, foram analisadas 21 notícias que resultaram em 1960 comentários, com 520 comentários negativos (que representam 26,5% do total). Dos comentários negativos do mês, 399 estavam relacionados à política, outros tratavam do PAT ou do Fundo Soberano. Na figura 2, vêem-se as principais categorias de comentários negativos relacionados à política no mês.

Figura 2. Comentários negativos sobre RBC em março de 2020



Fonte: Dados coletados com software Knewin. Elaboração própria.

Das 399 críticas à política, 246 (61,5%) tratavam dos erros de focalização do benefício, com a exclusão de supostos elegíveis. Em março de 2020, com a chegada da pandemia no Brasil, aumenta o sentimento de insegurança econômica (Moura, Ferreira e Alves, 2021). Os auxílios fornecidos pela prefeitura - como a antecipação do benefício “Abono Natalino” e a ampliação do benefício RBC para 300 mumbucas por três meses - estavam atrelados à política RBC, de modo que parte da população ficou incomodada com a cobertura da rede de proteção social do município.

De acordo com Barr (2012), a cobertura de um benefício deve seguir dois critérios de eficiência: horizontal e vertical. Ou seja, deve cobrir todos que dele necessitam, evitando erros de exclusão, e não deve permitir vazamentos, evitando erros de inclusão. O erro de exclusão poderia ocorrer

devido às regras de elegibilidade ou porque as pessoas não se inscreveram para o benefício, mesmo tendo direito. Os comentários desta categoria relatam casos em que as pessoas ficaram de fora de um benefício por não cumprir uma regra específica, como é o caso abaixo:

“eu moro aqui e nao pode fazer!! pq moro vai vazer 2 anos”

“Show! Agora é quem não tem ? Pois toda vez que tentei não consegui fazer. Cada hr inventam uma coisa”

Dessa forma, os comentários desta categoria e do mês de março demonstram a insatisfação da população com a cobertura do benefício. Problema que pode ser recorrente em políticas focalizadas e gerar dois tipos de sentimentos: algumas pessoas podem se solidarizar com indivíduos não cobertos pelo benefício e, em outros casos, a exclusão pode gerar ressentimento por parte dos excluídos. Os dois exemplos podem ser observados nos comentários abaixo:

“Eu tenho o cartão munbuca , mais me corta o coração dos que não tem 😊 poderia ter uma distribuição de cestas básica para para essas pessoas que não tem 😞 ainda né vamos esperar essa epidemia acabar e começar os novos cadastramento pro povo que não tem .”

“Tem gente que ten carro do ano salão de beleza e ainda tem o cartão Mumbuca isso é safadeza e tem muita gente que precisar e ã tem. Pouca vergonha dessa gente safada deixa o cartão para quem realmente precisar.”

Van Parijs e Vanderborght (2017) apontam o potencial de uma política de transferência de renda universal para solucionar essas questões, reduzindo os erros de exclusão e aumentando a taxa de cobertura do benefício.

Apesar do alto número de comentários negativos sobre a focalização, a maior parte dos comentários no mês é neutro. A predominância de comentários neutros em relação aos negativos ocorreu devido ao alto volume de dúvidas sobre a política, o que era esperado dada as incertezas do momento e mudanças no programa. Seguem alguns comentários neutros:

“Bom dia, a prefeitura precisa divulgar a data pois as pessoas ficam na expectativa e nada acontece.por favor passem a informação completa, a população agradece.”

“Qual dia vai cair pra as pessoas se organizar”

“Pra quando essa liberação?”

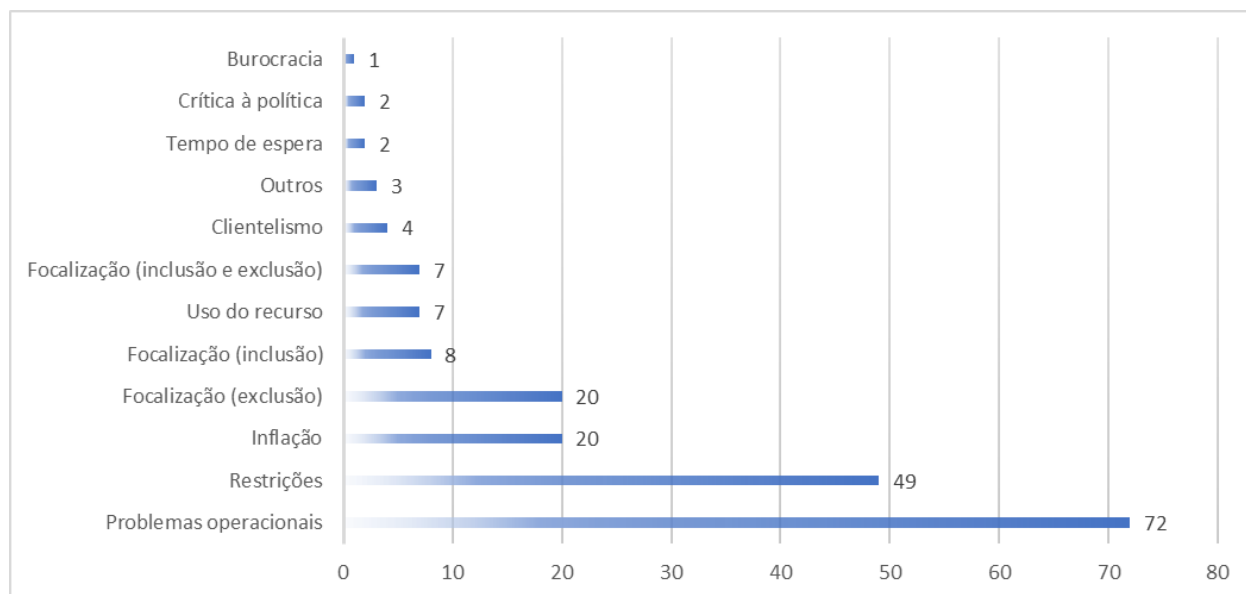
“Quando vai cair?”

“Alguém sabe de mais alguma informação?”

“Esse e o mumbuca jovem ou e o nosso”

Assim como março, no mês de abril houve quantidade expressiva de notícias e comentários, ainda resultado da pandemia e das medidas anticrise adotadas pela Prefeitura. É possível notar que em abril ocorreu uma mudança no padrão dos comentários negativos. Como mostra a figura 3, a principal categoria de comentários negativos foi “problemas operacionais”. O aumento de comentários atribuídos a essa categoria deve-se a problemas no resgate do valor de vendas por comerciantes, possível consequência de uma maior circulação da moeda. De acordo com Gama e Costa (2021), com a adoção de políticas anticrise, o número de comércios cadastrados para receber em mumbuca aumentou, em consequência, problemas operacionais relacionados à moeda podem ter aumentado.

Figura 3. Categorias temáticas dos comentários sobre RBC em abril de 2020



Fonte: Dados coletados com software Knewin. Elaboração própria.

Além dos problemas operacionais, a segunda categoria de crítica mais repercutida foi sobre a falta de restrições da política. A alta frequência de críticas dessa categoria deve-se a uma publicação de um deputado da oposição sobre a compra de bens supérfluos com a moeda mumbuca. A publicação gerou um debate sobre o assunto na rede, e algumas pessoas defendiam a liberdade no uso do benefício, enquanto outras criticavam.

No mês de maio, os comentários negativos voltaram ao padrão anterior, com 40% dos comentários negativos denunciando erros de focalização, em termos de exclusão. O mês contou com uma baixa amostra de comentários, apesar disso, a porcentagem de comentários negativos (37,5%) foi mais elevada do que nos meses de março e abril. Dos comentários negativos, 20 (37,03%) estavam relacionados à política RBC e 34 (63%) eram direcionados à nova política anticrise adotada pela prefeitura, o PAT. Dessa forma, aqueles comentários abordando a Renda Básica foram poucos, em comparação com os dois meses anteriores (em março, 76,7% dos comentários negativos referiam-se à RBC e, em abril, 45,7%). Aqui observamos mais uma mudança de padrão: a migração das críticas para o Programa de Amparo ao Trabalhador.

Em junho, devido à continuação do estado de emergência provocado pela pandemia da Covid-19, moradores de Maricá fizeram uma petição solicitando a prorrogação das medidas contra a crise que estavam previstas para durar apenas três meses. Foi mantido o padrão de críticas, a maior parte das quais direcionadas à focalização do benefício, com suposta exclusão de beneficiários potencialmente elegíveis.

3.1. A transição na temática das críticas à Renda Básica

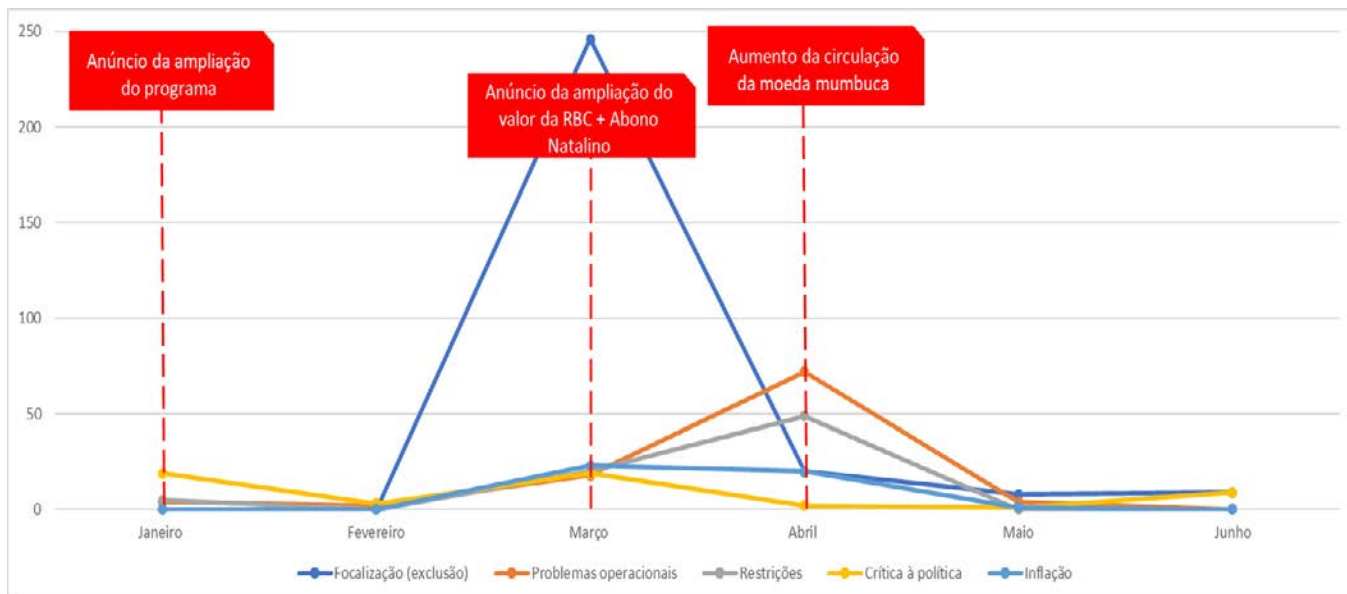
Entre janeiro e junho de 2020, houve 4053 comentários, dos quais 1126 eram negativos (27,8%), e 701 comentários (62,25%) eram sobre a Renda Básica. Dentre os comentários negativos, 283 (40,3%) tratavam sobre os erros de focalização da política, abordando a exclusão. Cerca de 87% ocorreram no mês de março, mês de ampliação do valor da política.

Os comentários desta categoria são os mais frequentes na maior parte dos meses, exceto em abril: em março, representavam 61% dos comentários negativos sobre RBC, 10,2% em abril, 40% em

maio e 41% em junho . Dos 100 comentários sobre problemas operacionais, 72% são do mês de abril, mês em que aumenta a circulação da moeda e os comerciantes enfrentam dificuldades para resgatar o valor de venda.

Os comentários negativos sobre a política mantêm um padrão ao longo dos meses analisados: a partir de março, a maioria das críticas se direcionam aos erros de focalização, apenas abril interrompe o padrão. Enquanto no período antes da pandemia e da urgência de benefícios de transferência de renda, as críticas se direcionavam ao ideal da política. A figura 4 permite analisar a evolução das cinco categorias de críticas mais frequentes ao longo dos seis meses.

Figura 4. Evolução do foco das críticas (jan/2020 - jun/2020)



Fonte: Dados coletados com *software* Knewin. Elaboração própria.

A pandemia e o aumento da insegurança econômica transformaram as críticas contra a ampliação do benefício em janeiro em pedidos por uma maior cobertura a partir de março. Com o passar dos meses, e criação de outras políticas, as críticas à focalização foram reduzidas.

4. Programa de Amparo ao Trabalhador: burocracia em uma política emergencial

Devido à pandemia, após o anúncio da antecipação do abono natalino e ampliação no valor do cartão mumbuca, a prefeitura criou o PAT. Em março, mês em que a Prefeitura anunciou a criação do programa, apenas 5,19% dos comentários negativos se dirigiram ao novo benefício, dos quais 55,5% denunciavam erros de focalização da política. Sem compreender os critérios de elegibilidade para o programa, as pessoas acreditavam que, para receber o benefício era necessário possuir o cartão mumbuca, assim criticavam os erros de focalização. Outro motivo que gerou um número elevado de comentários atribuídos a essa categoria foi a exigência de comprovação de microempreendedor individual (MEI), considerado por indivíduos como impeditivo para o cadastro no programa:

“Quem não tem mei não recebe ajuda pra falar a verdade eu não sei nem o que isso significa eu e meu esposo estamos desempregados. O que eu tenho que fazer pra alguém me ajudar”

“Eu acharia q essa ajuda deveria ser geral para os maricaense pq todos nós precisamos mais já tem esse documento q q ninguém tem eu n tenho já q é pra dar a um e outros não então n da a ninguém!!”

“Vereador existem muitas pessoas que trabalhavam de diaristas, pedreiro, servente, como essas pessoas podem provar essas profissões, pra ter direito essa ajuda do salário durante 3 meses, e não tem mumbuca.”

A Prefeitura mudou regras do benefício, deixando de exigir documento de autorização de funcionamento emitido pela Prefeitura. Após a mudança, ainda era necessário comprovar atividade como autônomo, MEI ou trabalhador informal, facilitando para que trabalhadores informais pudessem receber, mesmo que não possuíssem a documentação de MEI. Isso pode ter contribuído para a redução das críticas sobre erros de focalização ocorridas em março.

Após uma publicação com explicações sobre os procedimentos de inscrição no PAT, surge uma nova categoria de críticas ao benefício: críticas à burocracia. Para compreender essa classe de críticas, é preciso revisitar a literatura sobre critérios de seleção de benefícios. Com perfeito acesso a informação, seria possível selecionar exatamente aqueles que precisam do benefício, evitando os

erros de focalização vistos anteriormente. No entanto, identificar os indivíduos certos envolve mecanismos de seleção custosos.

Besley e Kanbur (1990) e Barr (2012) definem três tipos de focalização: via renda, via indicadores de pobreza e autosseleção. Os três métodos possuem desafios, sejam os altos custos administrativos ou o risco de cometer erros de seleção. O primeiro critério de focalização, com alto custo administrativo, identifica os beneficiários por comprovação de renda. Enquanto isso, o segundo se baseia em características facilmente identificáveis e altamente relacionadas com a pobreza, correndo o risco de incorrer em erros de focalização, já que, em alguns casos, as pessoas podem manipular estas características, ou pode não haver correlação perfeita entre o indicador escolhido e a pobreza. Por fim, a terceira forma de seleção ocorre através da autosseleção, ficando a critério do indivíduo ser ou não beneficiado. Uma forma de aplicar o método de autosseleção é através da exigência de condicionalidades, como o beneficiário estar trabalhando ou participando de algum curso de capacitação.

O PAT utilizou duas formas de seleção: indicadores de pobreza e critério de renda. O indicador de pobreza selecionado foi ser trabalhador informal. Esse indicador está altamente relacionado à pobreza, considerando a instabilidade nos rendimentos dos informais. Além disso, era preciso ter renda familiar mensal de até R\$5 mil, seguindo o critério renda. Por fim, só poderiam ser beneficiados moradores do município.

Apesar de importante para selecionar o público desejado, essa forma de focalização, em especial de forma online, como ocorreu, pode gerar obstáculos para os beneficiários durante o procedimento de inscrição. Dessa forma, ao longo do período analisado, das 190 críticas sobre o PAT, 74,7% queixavam-se de problemas com a burocracia.

Em abril, aumentou a porcentagem de comentários negativos sobre o PAT: dos 426 comentários negativos, 119 (27,9%) tratavam deste programa. Desses, 88,2% eram críticas à burocracia do benefício. Tendo em vista as dificuldades com o cadastramento, a mídia anunciou que agentes da Prefeitura visitariam casas para confirmar as informações prestadas. A publicação comunicando

essa ação da Prefeitura obteve uma alta repercussão, com 88 comentários negativos, 80 dos quais criticavam a burocracia do programa:

“Na minha casa não entram, estou em isolamento a 30 dias em casa, tomando todo cuidado, não irei receber pessoas que andam pelas ruas e visitam casas ... Posso receber no portão e a distância.... Se foi para ser assim pra que nós passamos dias tentando fazer inscrição? Pura palhaçada e total derrespeito com o povo tudo isso!”

“Desnecessário as pessoas levaram dias e noites para faser o cadastro pra isso perderam a credibilidade de ação fisesem então por esse caminho estou com pena das pessoas que esperam por esse auxílio que nem até o Natal vai sair LAMENTÁVEL.”

“Vão na casa de todos os inscritos? Sério isso? Qtos inscritos mesmo? Isso é piada? Genteee...Sério?”

Outros seis, além de criticar a burocracia, relataram sentimento de estigmatização dos beneficiários:

“Quando chegar e se chegar, já vou está só o coro e o osso se depender de vcs como sempre!! Movimentamos a economia mas na hora q o bicho pega somos tratados como cachorro!! 😞😞”

“Legal, vocês vão em 15 mil casas

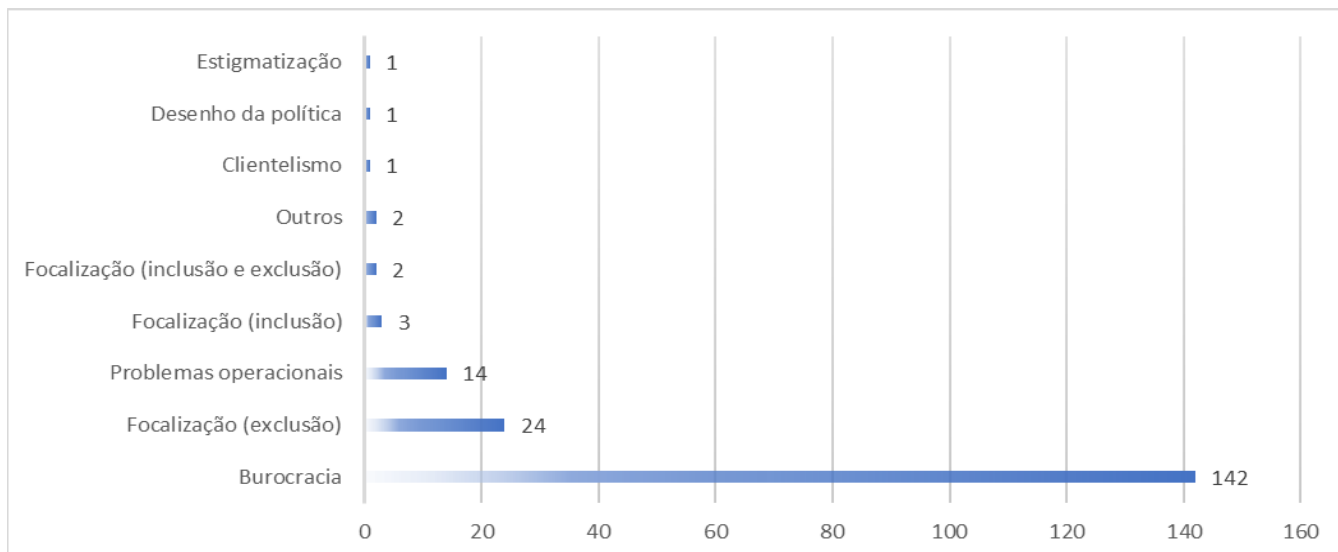
😞 Faltou agora só exame de sangue pra provar se és digno merecedor”

Em abril, 27,9% dos comentários negativos versaram sobre o PAT; em maio, este número subiu para 61,1%. Aproximadamente 85% dos comentários sobre o benefício criticavam a burocracia do programa neste mês. Em junho, os comentários negativos sobre a política representaram 33,3% do total de comentários negativos do mês, e pertenciam a um post já discutido, sobre a petição dos moradores de Maricá pedindo a prorrogação dos benefícios PAT e RBC com valor ampliado. Dessa vez, a maior parte dos comentários negativos foi à focalização, em termos de exclusão, assim como em março.

4.1. As dificuldades burocráticas em destaque

Dos 190 comentários negativos sobre o PAT, 142 (74,7%) destacavam a burocracia do programa e 24 (12,6%) denunciavam erros de focalização, em termos de exclusão. Esse padrão de comentários sobre a política expõe os desafios relacionados à implementação de benefícios focalizados com regras e restrições, e os custos da seleção de beneficiários. A miríade de critérios e obstáculos para se cadastrar no benefício pode gerar uma baixa cobertura do programa, porque muitas pessoas podem se sentir desestimuladas a tentar. A figura 5 abaixo permite visualizar as principais categorias de comentários relacionados ao PAT durante o período analisado.

Figura 5. Categorias temáticas dos comentários negativos do PAT (março/20 - junho/20)



Fonte: Dados coletados com software Knewin. Elaboração própria.

Enquanto isso, os comentários neutros relacionados ao PAT eram, em geral, dúvidas sobre o procedimento de inscrição, valor, duração, regras e critérios de elegibilidade. Isso pode ter ocorrido por ser um benefício novo e com cadastramento online.

5. Conclusão

O artigo procurou analisar o padrão de comentários relacionados às políticas Renda Básica de Cidadania e Programa de Amparo ao Trabalho. Foram utilizados os comentários negativos,

selecionados por análise de valência, para fornecer material qualitativo adequado para relacionar os dados com a literatura sobre políticas de transferência de renda. Os benefícios estão atrelados a duas categorias: 1 - Focalização da Renda Básica de Cidadania, e 10 - Burocracia do Programa de Amparo ao Trabalhador.

Para a RBC, observamos uma mudança no padrão de comentários entre janeiro e março, em consequência da pandemia e adoção de políticas emergenciais. O aumento da insegurança econômica resultou em maior demanda por proteção social, resultando em críticas à cobertura do benefício, o qual passou a ser considerado insuficiente. O padrão de comentários é interrompido em abril, com o aumento da circulação da moeda e com o surgimento de problemas operacionais, e retorna em maio. Os comentários evidenciam um problema de políticas focalizadas: o ressentimento gerado devido à exclusão de alguns grupos do programa, além de demonstrar que parte da população demanda uma cobertura maior da política.

As críticas relacionadas ao PAT, programa criado em março de 2020, relacionam-se à burocracia do programa. Por ser nova, com muitas regras e cadastro online, a política resultou em dúvidas e dificuldades no momento de inscrição. A situação ilustra a dificuldade de criar uma política de transferência de renda em curto prazo, resultando em dilemas em relação aos critérios de elegibilidade e em desafios ao comunicar a política ao público-alvo.

Considerando as demandas dos comentários, ambos os problemas podiam ser resolvidos através de uma estrutura de transferência de renda mais abrangente. Embora os comentários das categorias “Focalização” e “Burocracia” não peçam isso diretamente, uma eventual progressão do formato atual da RBC e PAT para uma política ampla permanente poderia oferecer respostas às críticas. A política possibilitaria cobrir maior parte da população, com menores desafios para cadastramento emergencial, evitando problemas com a burocracia, reduzindo a dificuldade de comunicação de critérios de elegibilidade e reduzindo os erros de exclusão e inclusão.

Referências bibliográficas

- BARR, N. Economics of the welfare state. 5 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. 386p.
- BESLEY, T.; KANBUR, R. The principles of targeting. Washington: World Bank, 1990. (Working paper).
- CERON, A; NEGRI, F. Public policies go social using sentiment analysis to support the action of policy-makers across the policy cycle. Second International Conference on Public Policy, Milan, 2015. (Working paper)
- CHEN, Y.; SILVA, E.; REIS. Measuring policy debate in a regrowing city by sentiment analysis using online media data: A case of study of Leipzig 2030. Regional Science Policy & Practice, 8 de maio de 2020. 18p.
- Câmara Municipal de Maricá. Vereadores votam alterações na lei que cria o Programa de Amparo ao Trabalhador. Maricá, 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://marica.rj.leg.br/noticia/vereadores-votam-alteracoes-na-lei-que-cria-o-programa-de-amparo-ao-trabalhador>> . Acesso em: 10 de nov. 2021.
- EIRÓ, F.; KOSTER, M. Facing bureaucratic uncertainty in the Bolsa Família Program Clientelism beyond reciprocity and economic rationality. Focaal - Journal of Global and Historical Anthropology. Amsterdã: n. 85, 2019. p. 84-96.
- FERREIRA, L. T.; ROQUE, T.; CARVALHO, P.; WALTENBERG, F.; FREITAS, F. J. G. Renda básica: por um mecanismo robusto de proteção social. Nexo Jornal, 22 de dez. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Renda-b%C3%A1sica-por-um-mecanismo-robusto-de-prote%C3%A7%C3%A3o-social>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.
- FREITAS, F. J. G.; COSTA, R. M. O que Maricá tem a ensinar para o governo federal. Nexo Jornal, 27 de out. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/O-que-Maric%C3%A1-tem-a-ensinar-para-o-governo-federal>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.
- KATZ, P. ; NUNEZ, S. ; WALTENBERG, F. Renda Básica da Cidadania: What lessons could Latin America's largest basic income program bring to research on Universal Basic Income?. Global Americans, 12 de dez. 2019. Disponível em: <<https://theglobalamericans.org/2019/12/renda-basica-da-cidadania-what-lessons-could-latin-americas-largest-basic-income-program-bring-to-research-on-universal-basic-income/>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.
- KATZ, P. FERREIRA, L. What a Solidarity Economy Looks Like. Boston Review, 09 de abr. 2020. Disponível em: <<https://bostonreview.net/articles/paul-katz-leandro-ferreria-brazil-basic-income-marica/>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.
- MOURA, L. de A.; FERREIRA, A. M. S.; ALVES, I. M. M. Implications of the COVID-19 pandemic on the aggravation of food insecurity in Brazil. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 12, p. e30101220150, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20150. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20150>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- OLIVEIRA, D. J. S.; BERMEJO, P. H. S.; DOS SANTOS, P. A. Can social media reveal the preferences of voters? A comparison between sentiment analysis and traditional opinion polls. Journal of Information Technology & Polices, 2016. 13p.

- PEREIRA, A.; ZEIDAN, D.; SENRA, L.; NATHAN, C. As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. Brasília: Boletim IPEA, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v. 70, 2020, p. 171-182.
- SILVA, J. L.; SILVA, R. C.; FREITAS, F. J. G.; WALTENBERG, F. Políticas socioeconômicas de reação à crise da Covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro. Brasília: Boletim IPEA, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v. 69, p. 1-11, 2020.
- VAN PARIJS, P.; VANDERBORGHT, Y. Basic income: a radical proposal for a free society and a sane economy. Londres: Harvard University Press, 2017. 395p.
- WALTENBERG, F.; ABCHICHE, D. ; SILVA, R. C. ; COSTA, R. M. E. ; FREITAS, F. J. G. ; SANTANA, A. G. ; LIMA, J. P. ; SILVA, J. L. Monnaie sociale, revenu de base renforcé et prestations d'urgence aux travailleurs: Analyse préliminaire des politiques innovatrices mises en place à Maricá au Brésil pendant la crise de la COVID-19. In: Brahim Boudarbat; Houda Hakim Guerhazi; Mohamed Ben Omar Ndiaye. (Org.). Les pays francophones face à la COVID-19 : Impacts socioéconomiques, politiques de riposte et stratégies de sortie de crise et de résilience économique. 1ed.Montreal, Canadá: Observatoire de la Francophonie Economique - Université de Montréal, 2021, v. 1, p. 136-154.
- WALTENBERG, F.. Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19. In: Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR). (Org.). Estudos maricaenses: O município de Maricá em debate. 1aed.Maricá: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021, v. , p. 69-89.